



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40 , DE 2005

Altera o art. 89 da Constituição Federal, para estatuir a participação dos ex-Presidentes da República no Conselho da República.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 89 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 89.
.....

VIII -- os ex-Presidentes da República, excetuados os que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e os que tenham renunciado ao mandato, salvo por motivo de doença. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem o objetivo de alterar a Lei Maior para prever a participação dos ex-Presidentes da República no órgão superior de consulta do Presidente da República.

Nesse sentido, mediante o acréscimo de um inciso VIII ao art. 89 da Constituição Federal, pretendemos deixar expresso que os ex-Presidentes da República comporão o Conselho da República, excetuados aqueles que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e, também, os que tenham renunciado ao respectivo mandato, salvo por motivo de doença.

Como bem sabemos, o Conselho da República foi instituído pela Constituição de 1988 com o objetivo de ser órgão de consulta superior do Presidente da República, cabendo-lhe pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. O Conselho tem, ainda, a incumbência de opinar sobre outras questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, a juízo do titular do Poder Executivo da União (art. 90 da CF).

A composição do Conselho está inscrita no art. 89 do Estatuto Magno, dele participando o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o Ministro da Justiça e, também, seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade. Dois são nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

De nossa parte, entendemos como de fundamental importância que os ex-Presidentes da República também tenham assento no órgão superior de consulta do Presidente da República. Primeiro, porque ninguém com mais autoridade e conhecimento para aconselhar o Chefe do Poder Executivo do que quem já ocupou o mesmo cargo, vivenciou problemas similares e se defrontou com questões análogas.

Ademais, somos da opinião de que o País deve proporcionar espaço institucional adequado para que os ex-Presidentes da República, exatamente pela experiência que adquiriram ao exercer o cargo, continuem a contribuir para a solução dos problemas nacionais.

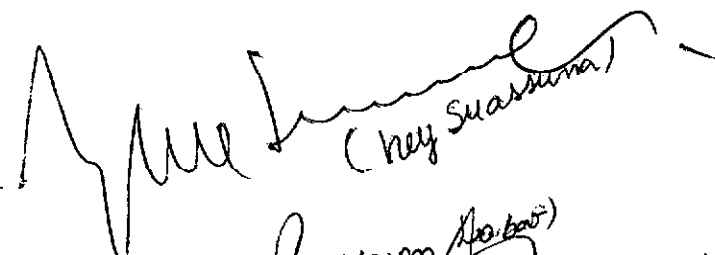
E, nessa perspectiva, entendemos que o Conselho da República é o órgão apropriado para tanto.

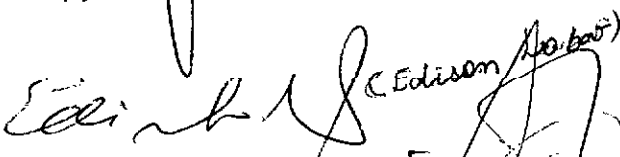
Ressalve-se que, por razões óbvias, excluímos de tal participação os ex-Presidentes da República que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e os que tenham renunciado ao cargo, exceto por motivo de doença.

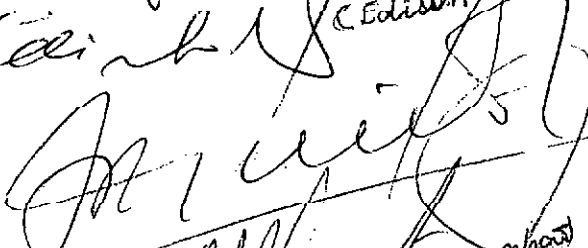
Ante o exposto e em face da especial relevância da presente proposta de emenda à Constituição, com que se almeja o aperfeiçoamento das nossas instituições, solicitamos aos ilustres Congressistas a sua aprovação.

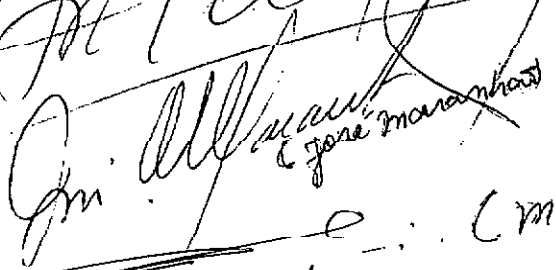
Sala das Sessões, 19 de agosto de 2005

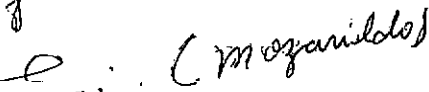

Senador ALBERTO SILVA

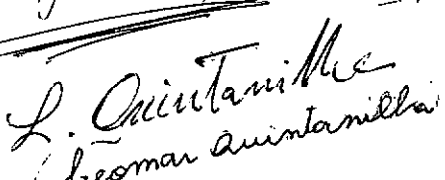

(Ney Suassuna)


(Edison Lobato)


Régis de Duarte


(José Maranhão)


(Mozamil do)


Leomar Quintanilha

Legislação Citada

Constituição da República Federativa do Brasil

I – o Vice-Presidente da República;

II – o Presidente da Câmara dos Deputados;

III – o Presidente do Senado Federal;

IV – os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

V – os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;

VI – o Ministro da Justiça;

VII – seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

I – intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

II – as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

§ 1º O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

§ 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Publicado no DSF em 20/08/2005